



Assinatura do Acordo de Empresa culmina longa LUTA dos Trabalhadores do Metropolitano de Lisboa

No dia 16 de Novembro de 2016 foi assinado o **Acordo de Empresa do Metropolitano de Lisboa (AE1)**, com os trabalhadores a conseguirem manter todos os seus direitos.

Só quem viveu – e mantém presente – o longo processo de luta desenvolvida desde 2009, pode ter plena consciência da dimensão da vitória alcançada. Recordemos pois os traços essenciais dessa luta.

O **ataque ao Sector Empresarial do Estado começou em 2009**, com os PEC 1, 2 e 3, e com os Orçamentos de Estado para 2010 e 2011, que introduzem o corte de salários, o congelamento das progressões, a suspensão de cláusulas da contratação colectiva. Paralelamente, a meio de 2010, o Presidente do CA do Metro, Cardoso dos Reis, assume publicamente o objectivo da privatização da **exploração** do Metro.

Essa ofensiva seria **agravada depois da assinatura do Pacto entre as Troikas (PS/PSD/CDS e FMI/UE/BCE)** em Junho de 2011 e a subsequente eleição de um Governo PSD/CDS com maioria absoluta na Assembleia da República. Agravam-se os roubos aos trabalhadores, alarga-se o roubo até aos reformados e seus complementos, lança-se uma política de redução da quantidade, qualidade e fiabilidade da oferta. Em 2013 o governo avança com o processo formal de privatização, anunciando que terá o processo encerrado antes das eleições e que a empresa estará privatizada em Janeiro de 2016.

De Setembro de 2009 até Setembro de 2015 os trabalhadores e reformados do Metro realizaram **perto de duzentas acções de luta**, incluindo mais de 100 jornadas de greve. Muitas dessas jornadas foram travadas com o conjunto dos trabalhadores portugueses (greves gerais, grandes manifestações nacionais), outras no quadro do sector dos transportes, principalmente as que se travaram pelas questões sectoriais (luta contra os Orçamentos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, luta contra a aprovação do 133/13, luta contra o roubo do direito ao transporte), algumas foram travadas com a Carris (quando para tal se conseguiram criar condições) e a maioria foi travada no quadro da empresa (trabalhadores e/ou reformados).

Desde o início que se sabia que a luta, para poder ser vitoriosa, iria ser longa. Que não haveria um «agora ou vai ou racha», mas antes uma acção continuada, determinada, consequente.

A **primeira grande vitória** que os trabalhadores alcançaram passou quase despercebida. O plano inicial da direita era que, face à dimensão do ataque e à violência dos roubos, os sindicatos aceitassem rever por baixo a contratação colectiva, principalmente para os futuros trabalhadores, a troca da diminuição desses roubos. A dimensão e firmeza da resposta e a ampla convergência sectorial na acção (nomeadamente entre 2009/2013) frustraram completamente esse plano. O ataque prosseguiu, mas nunca contou com a colaboração dos trabalhadores e suas ORT's.

A **segunda grande vitória** foi a capacidade de evitar o isolamento da luta. Desde o Dossier Secreto sobre as mordomias dos trabalhadores do Metro (produzido pelo Governo PSD/CDS e recheado de falsidades, mas que ainda hoje aparece) até ao martelar dos pedidos de desculpa aos utentes por causa das perturbações na operação provocadas pela luta (as únicas perturbações cuja causa é explicada), sem esquecer as notícias encomendadas para a véspera de cada luta, tudo foi pensado para afastar trabalhadores e utentes. Outras linhas foram lançadas para dividir trabalhadores e reformados (por exemplo, a proposta de acabar com o roubo dos complementos se os trabalhadores do activo aceitassem descontar para esse fundo). Ao longo da luta os trabalhadores conseguiram reforçar os seus laços com os utentes, com os reformados, com as autarquias. Da mesma forma, os trabalhadores do Metro nunca falharam quando foi preciso dar força à luta de todos, como nas 5 greves gerais que este período conheceu. E nunca o conjunto do Movimento Sindical Unitário deixou de dar destaque às justas reivindicações dos trabalhadores e reformados do Metro.

Houve também aquelas **pequenas vitórias** que reforçaram a confiança mas não alteraram o quadro geral, como quando se conseguiu travar o roubo do subsídio de Natal na sequência de uma decisão do Tribunal Constitucional. E **derrotas inesperadas** e que poderiam ter desmobilizado a luta, como quando o mesmo Tribunal Constitucional aceitou o roubo dos complementos de reforma.

No final de 2015, frustrados e derrotados, o Governo PSD/CDS e sua Administração dão um último passo: avançam para a caducidade dos Acordos de Empresa. Uma medida desesperada, que já revelava a incapacidade de quem atacava e a força dos trabalhadores.

Foram 6 anos de luta. Que tudo mudaram. Chegados a 4 de Outubro de 2015, até os que inicialmente tinham lançado o ataque assumiam o compromisso público de o reverter. Quando o povo português, depois de quase 5 anos de luta, deu à coligação PSD/CDS o seu segundo pior resultado eleitoral de sempre, retirando-lhe a maioria absoluta, estavam criadas as condições para levar a luta a novos patamares.

E com o decisivo contributo do PCP, foi isso mesmo que se fez. Ainda com um último Governo PSD/CDS inventado por Cavaco Silva, a Assembleia da República começa a aprovar leis de reversão de alguns dos crimes cometidos, num movimento que prosseguiu com a entrada em funções do Governo do PS.

O processo de privatização do Metropolitano de Lisboa, da Carris e dos STCP é travado. Pouparam-se as centenas de milhões de euros que iria custar ao país, mas ficaram os custos da degradação da oferta e das condições de trabalho.

O roubo dos complementos de reforma é extinto, com o seu pagamento a regressar a 27 de Abril de 2016. Fica uma dívida de quase 30 milhões de euros para com os reformados que deve continuar a ser exigida.

Os roubos nos salários vão diminuindo ao longo de 2016, até terminarem em Outubro. Mantém-se no entanto o congelamento dos salários, das progressões, anuidades e diuturnidades, bem como roubos na aplicação da contratação colectiva (horas extraordinárias, nocturnas, subsídio refeição, etc). A proposta de Orçamento de Estado, e as alterações que já estão aprovadas ao mesmo, apontam neste momento para que esses roubos vão terminar durante 2017, alguns com efeitos em Janeiro, outros em Julho e outros no final do ano (e que importante contributo deu o Metropolitano, mais uma vez, para a Marcha de 23 de Novembro que levou trabalhadores das empresas de transporte do Sector Empresarial do Estado até à Assembleia da República, convocados por 29 ORT's, incluindo a FECTRANS, o STRUP, o STTM, o SINDEM e a CT do Metro).

Para a contratação colectiva foi preciso primeiro exigir a retirada da caducidade da mesma. Apesar das promessas rápidas, levou alguns meses a conseguir esse objectivo, e fazer com que a discussão se centrasse no Acordo de Empresa existente. Depois foi preciso ir afastando todas as tentativas da administração de conseguir mais trabalho por

menos dinheiro. Até à assinatura em 16 de Novembro de um acordo de empresa que salvaguarda todos os direitos conquistados por gerações de trabalhadores, com uma vigência mínima de 6 anos.

A grande vitória dos trabalhadores do Metro foi terem conseguido travar todas as ofensivas. Desde as medidas provisórias que sempre estiveram destinadas a ser definitivas, até ao acordo de empresa que desde o primeiro dia era o verdadeiro alvo daqueles que querem colocar o Metro «a render» e para isso precisam de poder utilizar trabalhadores baratos, precários e sem direitos.

Este é um momento decisivo, que deve ser assinalado, celebrado, festejado. É o culminar de uma luta de 6 anos que já ficou na história da luta e resistência dos trabalhadores portugueses contra a exploração.

E é também um momento para a Célula do PCP transmitir a todos os trabalhadores do Metro as calorosas saudações de todo o colectivo partidário.

Mas a luta tem que continuar.

Desde logo, **porque no Metropolitano se avolumam problemas que tardam em ser resolvidos.** Problemas criados pelo anterior Governo, mas que este não está a querer ou a saber resolver. A gritante falta de trabalhadores (mais de 200, se somarmos as necessidades das áreas da: tracção, movimento, manutenção e via). A provocação sistemática aos trabalhadores, particularmente por parte de algumas chefias paridas no antigamente como é o caso do DOM. A falta de material para a manutenção do Material Circulante e da Infraestrutura. As consequências das medidas economicistas (como o encerramento do PMOII) com impactos operacionais negativos. O adiamento de investimentos estruturantes (obra de Arroios e aquisição de mais Material Circulante).

Mas também **porque chegamos a 2017 com os salários de 2009,** e isso, sendo muito mais que aquilo que para nós foi planeado, não é nem justo, nem necessário nem aceitável. Sem esquecer que há uma ruptura que está por fazer, uma ruptura com a política de direita, com as grandes opções que têm sido impostas, com os compromissos com o grande capital nacional e europeu. E que enquanto não for feita essa ruptura continua em risco o presente e o futuro de todos os trabalhadores portugueses.

A luta continua!

25 Novembro 2016

sector.transportes@dorl.pcp.pt

**Célula no Metropolitano de Lisboa
Partido Comunista Português**

